

O BULLYING E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

(THE BULLYING AND IT'S INVOLVEMENT IN THE TEACHING PROCESS AND THE ELEMENTARY SCHOOL'S STUDENTS LEARNING)

Marcos André da Costa Dionísio ¹

Schanda Ronize Maros ²

Emanuelle Oliveira da Fonseca Matos ³

RESUMO

A prática do *Bullying* implica em consequências negativas no processo de aprendizagem de alunos no ensino fundamental, podendo ter consequências que se propagam no decorrer da vida adulta. A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar como a prática do *bullying* influencia no processo de aprendizagem de crianças do ensino fundamental, identificando assim as principais razões que levam a esse ato, descrevendo as consequências dessa prática no processo de ensino e aprendizagem, além de verificar se a escola desenvolve alguma ação de combate ao *bullying*. Ela é caracterizada como qualitativa e exploratória. Como coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com dois professores do ensino fundamental I e o coordenador da sala de Atendimento Educacional Especializado. Os resultados apontam que com uma ação conjunta entre a sociedade, comunidade escolar, gestores, professores, familiares e alunos, poderemos alcançar bons resultados nas ações de combate a esse ato, no entanto, ainda não existe um projeto que envolva todos da comunidade escolar no combate do *bullying*, esse ainda fica limitado a um pequeno grupo de professores. Também fica evidente que a inclusão de pessoas que sofrem *bullying* seja por possuir alguma deficiência física ou intelectual não é algo muito discutido na presente instituição.

Palavras-chave: *Bullying*. Inclusão. Aprendizagem.

ABSTRACT

The practice of bullying has negative consequences on the learning process of students in elementary school, and may have effects that spread throughout adulthood. This research aims to analyze how the practice of bullying influences on the learning process of elementary school children, identifying, thus, the main reasons that lead to this act, describing the consequences of this practice in the teaching and learning process, besides checking if the school takes any action to combat bullying. It is characterized as qualitative and exploratory. As data collection, semi-structured interviews were used with two elementary school teachers and the coordinator of the Specialized Educational Service room. The results indicate that with a joint action between society, the school community, managers, teachers, family members and students, we will be able to achieve good results in actions to combat the problem. However, there isn't yet a project that involves all of the school community in the bullying's combat, and it's still limited to a small group of teachers. It is also evident that the inclusion of people who are bullied due to having a physical or intellectual disability isn't much discussed in the present institution.

Keywords: Bullying. Inclusion. Learning.

¹ Licenciado em Pedagogia do Centro Universitário Ateneu. E-mail: marcosandredionisio@gmail.com

² Licenciada em Pedagogia do Centro Universitário Ateneu. E-mail: schanda_ronize@hotmail.com

³ Mestre em Educação. E-mail: emanuelle272@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A palavra *bullying* é de origem inglesa, *bully* significa *tirano, brutal*, e é considerado aquele ato de violência intencional e repetitivo, podendo ser violência física e/ou psicológica com o intuito de causar constrangimento, angústia, dor, humilhação e intimidação ao vitimado, o qual geralmente não tem forças para se defender, colocando-se como inferior ao outro, fazendo assim com que o ato acabe se tornando contínuo.

Quando um caso de *bullying* se torna público, uma das frases mais ouvidas dentro das escolas é: “Nós não sabíamos que isso acontecia aqui”. O tema é largamente discutido por educadores, gestores, mídia e sociedade, mas nem sempre é suficiente para evitar que o problema continue crescendo.

Normalmente a vítima do *bullying* tem um comportamento de isolamento, o qual atua como uma espécie de autodefesa. A socialização e a interação ficam comprometidas e, conseqüentemente, o processo de aprendizagem por parte dessa vítima é prejudicado. O resultado desse isolamento é a formação de um aluno e ser humano sem traços de solidariedade, companheirismo e afetividade na maioria das vezes.

Devido ao alto índice de casos de *bullying* ocorridos nas escolas relatados pela mídia, conhecidos até internacionalmente, optamos pela escolha desse tema, pois, além de ser muito presente entre as crianças, causando-lhes danos físicos e principalmente psicológicos, acaba passando despercebido muitas vezes pelos gestores, professores e até mesmo pela família. Isso acontece porque esse ato acontece camuflado muitas vezes como brincadeira. Esse tema, apesar de muito discutido na escola, não é um assunto rotineiro, pois geralmente não são desenvolvidas temáticas específicas relacionadas com o intuito de auxiliar na busca por estratégias que ajudem a escola ou até mesmo os próprios alunos vitimados a lidar com essa prática.

Partindo desse pressuposto, temos como problemática: Quais as conseqüências que o *bullying* pode trazer na aprendizagem do aluno?

A presente pesquisa tem, então, como objetivo principal analisar como a prática do *bullying* influencia no processo de aprendizagem de crianças do ensino fundamental, identificando as principais razões que levam a esse ato, descrevendo as conseqüências dessa prática no processo de ensino e aprendizagem, além de verificar se a escola desenvolve alguma ação de combate ao *bullying*.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O *Bullying* como prática de desrespeito social

A violência sempre esteve presente na história da humanidade, mas muitas vezes foi vista como brincadeiras engraçadas e sem necessidade de intervenção. Devido a essa permanente forma de comportamento, constantemente se presente nas discussões e reflexões políticas, sociais e filosóficas de nossa sociedade.

A partir de 1970, é que essa violência começou a ser vista de outra forma, conhecida assim como *bullying*. Segundo Fante (2005), “*bullying* é uma palavra de origem inglesa, e em muitos países é traduzido como alguém que quer maltratar as pessoas, causando-lhes pânico, medo, dor, sofrimento e angústia”. A Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA) interpreta que todo ato repetitivo agressivo que cause constrangimento a outra parte já é considerado *bullying*, causando traumas psíquico ao vitimado. Neto, por seu turno, evidencia *bullying* como “todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudante contra outro(s), causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder”. (NETO, 2005, p. 165).

Esse ato não escolhe classe social, raça, crença ou sexo para atuar. Ele abarca toda a sociedade, deixando por onde passa um rastro de dor, constrangimento, sofrimento e humilhação que não abrange só o “bulinado”⁴, e sim a família e a sociedade como um todo. Hoje podemos constatar, tanto nas escolas quanto na mídia, palestra e trabalhos relacionados ao combate do *bullying*, mas, infelizmente, podemos observar, com o alto índice de crescimento desse ato, que isso ainda não é o suficiente. Há muito o que se fazer para evitar ou talvez eliminar essa ação, pois essa violência camuflada como brincadeira tem degradado muitas vidas em nossa sociedade.

O *bullying* é um fenômeno complexo e multifacetado que tem grande influência nas condições sociais, culturais e econômicas do indivíduo. Para Albuquerque (2007, p. 93),

O *bullying* não é um fenômeno isolado, mas um componente de padrões comportamentais antissociais, que são construídos a partir do contato com diversos contextos, e aqui pode-se lembrar, ainda, a influência de aspectos econômicos, culturais e da mídia.

⁴ O termo “bulinado” é um neologismo ainda não oficialmente dicionarizado, por isso o escrevemos entre aspas.

Seguindo o raciocínio do autor citado, esse fenômeno é causado por vários fatores que influenciam o comportamento das pessoas, como, por exemplo, a mídia que “dita” os padrões de beleza na sociedade e, conseqüentemente, exclui quem não está dentro do modelo padronizado imposto por um determinado grupo. Isso acaba contribuindo para que as pessoas que não seguem esses padrões sejam vítimas de preconceito e desrespeito, a saber: pessoas gordas, magras, altas, baixas, com deficiências físicas e/ou psicológicas.

Neto (2005) também segue o pensamento de que o *bullying* está relacionado com os aspectos físicos do indivíduo, como cor da pele, altura, peso e deficiências físicas e psicológicas. O autor aponta ainda a situação financeira, religiosa, cultural e temperamental do indivíduo como outros fatores causadores do *bullying*, ou seja, é uma semente do preconceito, da intolerância, do racismo e da exclusão social.

Nas escolas, podemos observar que as crianças sempre gostam de andar em grupinhos de amigos, sendo ainda mais suscetíveis a algum tipo de discriminação. Muitas vezes, o indivíduo que sofre o *bullying* se sente coagido ou envergonhando diante da situação, reprimindo seus sentimentos e externalizando de forma violenta, quando não suportam mais esconder esse ato de exclusão. E isso pode infelizmente deixar marcas destrutivas na vida do “bulinado”. Pereira (2002, p. 25) nos relata que os vitimados geralmente têm

Vidas infelizes, destruídas, sempre sob a sombra do medo; perda de autoconfiança e confiança nos outros, falta de autoestima e autoconceito negativo e depreciativo; falta de concentração; morte (muitas vezes suicídio ou vítima de homicídio); dificuldades de ajustamento na adolescência e vida adulta.

Infelizmente, muitas crianças vitimadas ficam extremamente fragilizadas e se sentindo inferiores, indignas, sem valor algum, perdendo assim o amor próprio, isolando-se em um mundo recluso de escuridão e solidão, mundo esse que muitas vezes as levam ao suicídio. CARPENTER (2011, p. 124) afirma que a prática do *bullying* afeta diretamente o aprendizado da criança, devido aos seus repetidos atos violentos, a criança fica insegura, com medo constante, fragilizada, “Estudar deixar de ser prioridade, não consegue se concentrar nas aulas, evita participar dos trabalhos em grupos e das atividades extracurriculares”, com isso é possível constatar que essa violência traz conseqüências trágicas, podendo destruir o autorrespeito da vítima além de prejudicar a criança em seu desenvolvimento, trazendo-lhes conseqüências muitas vezes desastrosas em sua vida adulta.

Isso mostra como a escola exerce um papel fundamental no processo de conscientização e combate ao *bullying* no meio escolar, já que ela é responsável em manter a integridade psicofísica do aluno. É preciso trabalhar em sala de aula o respeito mútuo, a aceitação dos diferentes e a inclusão. Sasaki (1997, p. 42) relata que:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos. [...] e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais.

Seguindo o raciocínio do autor supracitado, fica clara a importância da inclusão nas salas de aula, pois isso ajuda a criança em seu convívio social, já que haverá troca de experiências, ajudando a sanar as suas dificuldades, e propiciando um espaço de aprendizagem e socialização. Isso irá contribuir para quebrar a barreira do preconceito entre as crianças, ampliando assim o respeito mútuo entre eles.

2.2 A inclusão escolar e o *bullying*

A inclusão manifestou-se aqui no Brasil nos anos 80, mas foi em meados do ano de 1990 que houve discussões mais acentuadas sobre o assunto, com a ideia de que todos, independentemente de suas dificuldades e deficiências, frequentem a escola comum em busca do aprendizado em conjunto. É a Declaração de Salamanca um dos principais documentos que aborda esse tema em forma de lei. Ela é uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial e, dentre outras informações, traz o seguinte:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. (UNESCO, 1994, p. 5).

Quando pensamos sobre inclusão de modo mais generalizado, nos vem a ideia de integração de um elemento no todo, de junção e aproximação, porém o conceito de Inclusão no contexto escolar é algo muito mais amplo e complexo, pois prevê não apenas a adição de modo parcial e isolado, mas sobretudo significa uma inserção escolar de forma mais completa e

sistemática, como aponta o documento supracitado. Sasaki (1997, p. 3) conceitua a inclusão social como:

[...] o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parcerias, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Seguindo o pensamento do autor, podemos relatar que a inclusão serve para unir, juntar ou integrar as pessoas em um só caminho. Porém, sabemos que na escola ainda há uma grande dificuldade na aceitação da inclusão, as crianças acabam colocando apelidos, ‘tirando sarro’, imitando o colega especial, etc., ocasionando assim o *bullying*. Assim, ao invés de incluí-la, a escola muitas vezes se omite do seu papel social e acaba excluindo-a ainda mais do convívio social. Para um melhor engajamento das crianças em sala de aula, é essencial a integração entre elas, mostrando que todos somos iguais mesmo com nossas diferenças. Cabe, então, ao professor promover estratégias de integração entre as crianças, usando como suporte a sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado). Mantoan (2003, p. 9) salienta que:

[...] o processo de integração refere-se especificamente aos modelos de inserção escolar de alunos com deficiências, que compreendem um contínuo de possibilidades, desde as classes comuns até locais específicos, como classes e escolas especiais.

Quando não se consegue uma boa inclusão dos alunos, acaba ocorrendo a exclusão escolar, a qual se manifesta desde formas mais simples às mais complexas. Um bom exemplo é o ensino curricular de nossas escolas, que organiza o saber em disciplinas isoladas, subdivide em áreas específicas e, dessa forma, separa os conhecimentos, em vez de reconhecer suas inter-relações. De acordo com Mantoan (2003, p.13), “Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes”. Nesse modelo de escola não há compreensão, respeito e nem valorização das diferenças, do afeto, do subjetivo e sobretudo da cidadania.

Outro fator relevante é que tal “recorte” não é realizado apenas pela escola, muitos pais de alunos não deficientes acreditam que a inclusão nesse sentido irá baixar o nível da qualidade das aulas. A própria prática do *bullying* também tem seu alicerce nessa forma preconceituosa de pensar e agir.

No passado, as crianças com deficiências eram destinadas para escolas especiais. Dessa forma, havia uma separação das outras crianças “normais”, e o modelo de escola se dividia em regulares e especiais. Vale citar que algumas dessas escolas especiais ficavam distantes da residência do aluno, dificultando o deslocamento e, conseqüentemente, o acesso à sala de aula.

Ainda hoje isso se faz presente nas escolas na medida em que as crianças com deficiências são excluídas do acesso à educação por questões de saúde, por falta de preparação dos profissionais que atuam na escola, ou até mesmo por questões de infraestrutura. Beyer (2013, p. 11) salienta que:

Atualmente a educação especial encontra-se numa situação de crise de identidade. O monopólio histórico da educação especial na área de ensino de crianças parece estar chegando ao fim. Cada vez mais há pressões sociais no sentido da abertura de espaços, para que as pessoas com deficiência saiam dos redutos segregados, dentre eles as oficinas de trabalho protegidas e as escolas especiais, e coloquem-se nos espaços comuns da sociedade, isto é, nas escolas regulares, públicas e privadas, e também no mercado de trabalho.

Portanto, se hodiernamente existe uma pressão e consciência por parte da sociedade em fortalecer a inclusão e combater qualquer tipo de discrepância, seja com crianças ou adultos, não se pode negar que o combate ao *bullying* também é uma prática para a implementação dessa inclusão na escola, e que tal prática pode ser realizada por professores, gestores e família. Assim, educar é confrontar-se com essa diversidade.

2.3 O *bullying* e seus reflexos no processo de ensino e aprendizagem

Em novembro de 2015, criou-se a Lei nº 13.185. Conhecida como Lei anti-*bullying*, foi sancionada com a finalidade de punir os agressores desse ato causador de efeitos nefastos, enquadrado no Código Civil, art. 186, como “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Coloca-se assim o ato do *bullying* como punitivo, podendo o agressor ser até preso. Pesquisas mostram que o aluno vítima, além de não ter um vínculo social ativo, tem uma grande dificuldade na aprendizagem, o que muitas vezes pode causar desestímulo, repetência e até mesmo a desistência completa da vida escolar. Segundo Smith e Strick (2001, p. 15):

[...] o termo dificuldades de aprendizagem refere-se não a um único distúrbio, mas a uma ampla gama de problemas que podem afetar qualquer área do desempenho acadêmico. Raramente elas podem ser atribuídas a uma única causa: muitos aspectos diferentes podem prejudicar o funcionamento cerebral,

e os funcionamentos psicológicos dessas crianças são complicados, até por certo ponto, por seus ambientes doméstico e escolar.

Podemos observar com isso que o ato tem muito a ver com dificuldade de aprendizado das crianças que são vitimadas. Tendo em vista que o *bullying* é uma ação repetitiva de práticas violentas psicológicas e físicas, seria ingenuidade acreditar que tais ações não deixam sequelas e prejuízos nas atividades escolares e sociais nas respectivas vítimas.

Fante e Pedra (2008, p. 45) relatam que “o comportamento *bullying* pode ser identificado em qualquer faixa etária e nível de escolaridade”. Com isso, podemos verificar que não existe um período específico em que esse ato acontece, fazendo-nos ficar ainda mais atentos ao *bullying* principalmente nas séries iniciais, onde o comportamento pregresso pode desencadear problemas futuros, tanto no físico como no psicológico da criança, problemas esses com resultados muitas vezes desastrosos, chegando ao suicídio e homicídio. As sequelas físicas, como hematomas e fraturas frutos de agressões – como bater, chutar, beliscar e espancar – são mais fáceis de serem identificadas tanto pela família como por profissionais da escola, porém existem sequelas psicológicas do *bullying* que não são tão facilmente diagnosticadas.

Esse problema endêmico nas escolas teve como um dos casos mais trágicos o ocorrido nos Estados Unidos, em 1999, na Columbine High School⁵, que resultou no assassinato de 12 estudantes e um professor e com mais de vinte pessoas feridas. No Brasil, infelizmente esse ato está se tornando mais frequente a cada ano, um exemplo é o massacre ocorrido no dia 13 de março de 2019 na cidade de Suzano, onde um adolescente de 17 anos junto com um comparsa entrou na Escola Estadual Raul Brasil⁶ e acabou matando, entre funcionários e estudantes, dez pessoas e se suicidou logo em seguida. Segundo Fante (2005, p. 46), “pesquisadores de todo o mundo atentam para esse fenômeno, apontado aspectos preocupantes quanto ao seu crescimento e, principalmente, por atingir os primeiros anos de escolarização”.

Lins (2010) esclarece que nem todas as pessoas que sofrem *bullying* sofrem consequências negativas, algumas delas fazem do sofrimento um motivo de superação: “[...] muitas vítimas de *bullying*, entretanto, são capazes de transformar a dor, as mágoas e o sofrimento em superação e conseguem apesar de todos os revezes, fazer a sua história e ser alguém de respeito e sucesso” (LINS, 2010, p.11).

⁵ Dados retirados de <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-foi-o-massacre-de-columbine>>

⁶ Dados retirados de <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/atiradores-invadem-escola-e-matam-estudantes-na-grande-sp-7zlh8io4l0ox5ts9m8estl7f1>>

De todos esses diagnósticos (que devem ser feitos por especialistas da área), o que vale mencionar como algo em comum é o fato de a vítima (aluno-alvo) já se encontrar em situação de isolamento, de fragilidade e desigualdade, portanto, a vítima já apresenta uma baixa autoestima e, dessa forma, potencializa os transtornos psíquicos, ocasionado, em casos mais extremos, o suicídio, ou seja, as consequências da prática do *bullying* vão além das esferas do rendimento escolar e social, trata-se na verdade também de uma questão de saúde pública, por isso deve entrar nas discussões de todos os profissionais que atuam na área médica.

O ato do *bullying* na sala de aula faz com que a vítima se sinta inferior, incapaz e vá perdendo a vontade de querer aprender, com isso o resultado poderá ser notas baixas, faltas frequentes, o isolamento de outros colegas, a timidez e a negação ao ler ou se apresentar perante os outros, o que pode ocasionar em casos mais graves a desistência total da vida escolar.

Portanto, é comprovado que a prática do *bullying* acarreta graves consequências tanto no processo de aprendizagem escolar como nas relações sociais, e essas consequências, caso não sejam tratadas, podem levar a transtornos irreversíveis, não só na vida infantil, mas principalmente na vida adulta com efeitos nefastos, e essas consequências infelizmente são mais negativas do que positivas.

Vale mencionar novamente a lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015, cujo artigo 4º constitui os objetivos do Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) em todo o território nacional. Dentre os objetivos citados na lei, merecem destaques a capacitação de docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema; implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação; instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores; dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores; integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo; entre outros. Portanto as ações de combate ao *bullying* não ficam restritas apenas nos ambientes escolares, essas ações vão além dos muros das escolas, como em redes sociais, famílias, meios de comunicação, etc. Segundo Martinez (2011, p. 17):

Para que o combate ao *bullying* seja eficaz e seguro, é fundamental a participação de profissionais da saúde, pais e professores. A interação desses profissionais juntamente com os professores se faz necessário para que se possa observar o comportamento do indivíduo na escola, assim como as condições psicopedagógicas e ambiente físico do espaço escolar.

De acordo com autor acima, o combate à prática do *bullying* deve ser realizada por vários profissionais, família e sociedade e vale mencionar que essa atuação não é isolada, mas deve ser articulada para que uma participação complemente a outra. Antes de iniciar qualquer plano de intervenção, é de fundamental importância a identificação dos atores nesse contexto, saber quem são os agressores, as vítimas e os expectadores (estes mais difíceis de serem identificados) ajudam bastante na elaboração de uma estratégia de combate a essa violência. Os pais devem estar sempre atentos a mudanças de comportamentos dos filhos, o diálogo dentro de casa deve ser uma rotina de convivência, pois o aluno vitimado tende a se isolar e não conversar sobre as violências sofridas na escola.

De acordo com a Silva (2010), identificar precocemente o fenômeno *bullying* por pais e professores é de suma importância. Já que as crianças normalmente não relatam o sofrimento ou constrangimento vivenciado na escola, por medo de represálias ou vergonha, a observação dos pais sobre o comportamento dos filhos é fundamental, assim como o diálogo honesto entre eles.

Professores e gestores podem realizar diversos tipos de atividades sobre o tema na escola, tais como: palestras, debates, redações, campanhas educativas, incentivo à prática do diálogo entre alunos e gestores (como uma ouvidoria, por exemplo), apresentações de obras de autores que tratam sobre o problema, livros, cartilhas, filmes e até mesmo músicas podem ser usadas dentro e fora da escola, despertando assim uma consciência nos alunos de que tal violência é desprezível e não contribui para o desenvolvimento do indivíduo.

Silva (2015, p. 10) relaciona algumas ações que também podem ser desenvolvidas na escola, tais como:

Esclarecer o que é *Bullying*; Avisar que a prática não é tolerada; Conversar com os alunos e escutar atentamente as reclamações e sugestões; Estimular os estudantes a informar os casos; Reconhecer e valorizar as atitudes da garotada no combate ao problema; Acompanhar o desenvolvimento de cada um; Criar com os estudantes regras de disciplina para a classe em coerência com o regime escolar; Estimular lideranças positivas entre os alunos, prevenindo futuros casos; Interferir indiretamente nos grupos o quanto antes, para quebrar a dinâmica de *Bullying*; Prestar a atenção nos mais tímidos e calados. Geralmente as vítimas se retraem.

Através dessa conscientização em sala de aula, podemos fazer com que as crianças aprendam a aceitar e a respeitar as pessoas como elas são, com seus limites e desigualdades, aceitando-as com suas diferenças. Com isso, o *bullying* tende a diminuir significativamente,

constituirão assim cidadãos mais compreensivos, conscientes, mais éticos e felizes, contribuindo para um futuro melhor de nossa sociedade.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa realizada baseia-se em um estudo de caso em que Yin (2001, p. 32) define como sendo “uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Compreendendo a realidade social em sentido amplo – que envolve os seres humanos, seus múltiplos relacionamentos e suas interações nas instituições sociais – entendemos que esse estudo se aproxima de uma pesquisa social, nos termos colocados por Gil, ou seja, uma pesquisa que “permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (GIL, 2008, p. 27). Esse mesmo autor conceitua pesquisa como “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (GIL 2008, p. 26).

Quanto à sua finalidade, essa pesquisa se constituiu como básica (GIL, 2008), ou seja, reúne estudos com a finalidade de preencher uma lacuna no conhecimento. Quanto aos objetivos gerais, classifica-se como exploratória (GIL, 2008), mas aproxima-se de uma pesquisa descritiva, na medida que levanta opiniões, atitudes e crenças de professores considerando a temática investigada. Com o objetivo de uma melhor compreensão, optamos também a abordagem qualitativa, com a finalidade de buscar entendimento de forma geral, com espaço para interpretação, já que nossa fonte se dá diretamente ao sujeito pesquisado e ao seu ambiente.

3.2 Coleta de dados

Optamos, como caminho para expandir o resultado de nossos estudos, a realização de uma entrevista semiestruturada como forma de compreendermos a percepção dos entrevistados acerca do tema proposto. “Entrevista semiestruturada é uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento”. (SEVERINO, 1999, p. 188).

A entrevista, composta por cinco perguntas, foi organizada de forma sistemática nos termos colocados por Minayo (2013), ou seja, explorando através de perguntas abertas, feitas pelo investigador, a busca por um maior entendimento sobre o tema problematizado, possibilitando ao entrevistado responder abertamente a entrevista e dessa forma, colaborar com dados vivenciados em sala de aula e dentro da escola dessa maneira, nos possibilitou uma melhor compreensão do tema vivenciado no lócus de nossa pesquisa. Realizamos também uma consulta do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola para verificação das características do locus.

Os sujeitos do estudo assinaram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido onde são explicados os objetivos do estudo, os riscos e benefícios, além da participação voluntária e não remunerada e preservação da identidade deles. Além disso, foi solicitado ao responsável técnico da instituição onde o estudo aconteceu a assinatura do Termo de Anuência Institucional, contendo sua autorização expressa para a realização da pesquisa.

Quanto aos riscos deste estudo, consideramos serem mínimos. Não houve nenhum procedimento invasivo à privacidade dos entrevistados. As entrevistas com os sujeitos da pesquisa (professores e coordenador) ocorreram em local fechado e reservado. Os entrevistados puderam, a qualquer momento, optar em não responder às perguntas ou até mesmo interromper a entrevista caso se sentissem constrangidos.

Quanto aos benefícios deste estudo, são esperados resultados positivos a respeito da ampliação do conhecimento acerca das práticas do *bullying* na escola, e do papel da escola no processo de inclusão desses alunos que sofre esse preconceito.

3.3 Lócus da pesquisa e sujeitos

A escolha dos lócus se deu a partir de um mapeamento entre as escolas localizadas na SER IV. Os critérios de escolha foram: ser de grande porte e possuir sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado), assim como desenvolver projeto relacionados ao *bullying*. Dessa forma, a escola que preencheu os requisitos foi a escola Municipal Raio de Sol⁷, localizada no bairro de Messejana, Fortaleza – CE.

A escola foi fundada em 16 de junho de 2005. Atualmente funciona em dois períodos, manhã e tarde. Na escola estão matriculados no infantil 153 alunos e no fundamental 716 alunos. A escola conta com 20 professores efetivos e 21 professores substitutos.

⁷ Nome fictício dado aos lócus da pesquisa como forma de preservar a identidade da escola.

Os sujeitos da pesquisa foram os professores do 4º e do 5º ano do período da tarde que concordaram em participar do estudo de forma voluntária além do coordenador da sala de AEE o qual está mais próximo dos alunos que sofrem *bullying* na respectiva escola. Esses tratamos como professor 1, professor 2 e coordenador.

Tabela 1 - Caracterização dos sujeitos

NOME	TEMPO DE SERVIÇO	FORMAÇÃO INICIAL	FORMAÇÃO CONTINUADA
Prof. 1	19 anos	Pedagogia	Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas; Especialização em Ensino das Humanas; bacharel em Ciências Sociais; licenciatura em Ciências Sociais.
Prof. 2	27 anos	Pedagogia	Especialização em gestão escolar
Coordenador	9 anos	Pedagogia	Psicopedagogia

Fonte: autores.

Observamos que, dentre os três entrevistados, apenas um tinha especialização na área de inclusão, o coordenador que fez psicopedagogia. Sabemos a importância da formação continuada e da especialização do professor para suprir as necessidades dos alunos com deficiência.

3.4 Análise dos dados

A primeira pergunta indaga os sujeitos acerca do conceito de *bullying*. O professor 1 respondeu: “Conjunto de atitudes não tipificadas como crime (inclusive passivas como "dar um gelo", ignorar) que visam menosprezar, intimidar, agredir, ofender ou tirar proveito indevido sobre alguém”. Isso aponta que o mesmo não percebe o *bullying* como crime, apenas como ato de menosprezo, ou uma forma de tirar proveito da situação. Com isso constatamos que esse professor infelizmente não percebe o *bullying* como um ato criminoso, como descrito nas leis 13.663/2018 e 13.185/2015, nas quais se ressalta tanto a importância da prevenção quanto da punição para o ato. O professor 2 enfatiza que: “São atos violentos, desrespeitosos e maldosos praticados com frequência contra as pessoas, partindo muitas vezes de fraquezas ou limitações de alguém”. Esse docente percebe o *bullying* como um ato de violência praticado a pessoas mais frágeis e indefesas. O coordenador tem resposta semelhante ao sujeito anterior, pois define

que: “É uma intimidação que ocorre de forma contínua, seja ela verbal, física, moral, psicológica, material ou virtual”. Ele já tem uma ideia que o *bullying* é algo recorrente e que deve ser combatido de forma assídua. Fante (2005, p. 28) ainda aponta que o *bullying* é

um subconjunto de comportamentos agressivos que envolvem intimidações, insultos, assédios, exclusões e discriminações de todo gênero. São atitudes caracterizadas pela repetição, pelo desequilíbrio de poder e pela violência que geralmente acontece sem motivo aparente, cuja finalidade é de maltratar, intimidar, provocar dor, angústia e sofrimento.

Percebemos que o professor ainda tem um entendimento superficial do verdadeiro significado do *bullying*, isso acarreta um aumentado de casos na escola de discriminação, e cada vez mais nos deparamos com tragédias como resultado dessa ação. Infelizmente muitos atos violentos ainda são confundidos com brincadeiras e passam despercebidos pelos professores pelo simples fato de desconhecer seu verdadeiro significado. Seja qual for o tipo de intimidação, verbal, física, psicológica, temos que ficar atentos, pois a maioria dos casos de *bullying* fica oculta entre as crianças, por medo, constrangimento e vergonha de expor seus sentimentos e por temor do seu agressor.

Diante disso, o segundo questionamento procurou identificar se a escola desenvolve algum projeto para evitar e/ou combater a prática de *bullying*, e qual o papel do professor nesse projeto. O professor 1 desconhece na escola qualquer tipo de projeto com relação ao combate a essa prática, cita apenas o cuidado rotineiro para prevenção, o que evidencia desinformação do professor ou ausência de ações por parte da escola. Assim também pensa o professor 2, o qual evidencia o cuidado restrito apenas na sala de aula, e não na escola como um todo. Diferentemente, o coordenador nos relata que: “Há dois anos foi desenvolvido um projeto sobre a temática durante a Semana da Inclusão na escola e este ano o tema retorna a discussão, com o objetivo de sensibilizar a comunidade escolar sobre o assunto e a prevenção do mesmo”. Podemos, assim, observar que diante dessa questão apenas um dos professores tinha a consciência do projeto da escola, de prevenção ao *bullying*. O que nos deixou mais preocupados, foi que a entrevista foi feita na semana da inclusão, e nessa semana não haviam feito nenhum tipo de projeto até então, para apresentar aos alunos.

Sabemos que, por lei, a escola é obrigada a adotar medidas de prevenção e combate a qualquer tipo de discriminação além de realizar a capacitação de docentes, como aponta a Lei 13.185/2015, em seu artigo 5º: “É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate

à violência e à intimidação sistemática”. Infelizmente sabemos que muitas instituições só adotam alguma medida de prevenção depois que acontece algum ato trágico envolvendo os alunos.

Já a terceira pergunta procurou identificar se os entrevistados estabelecem uma relação entre *bullying* e inclusão. Todos os sujeitos relacionam o *bullying* à inclusão escolar, pois muitas vezes o ato é praticado em pessoas (vítimas) com alguma deficiência. O professor 2 também cita a obrigatoriedade das repartições em promover a Inclusão e os Direitos da Criança: “A inclusão, portanto, é dever e obrigação dos que se colocam a frente das repartições mostrando os avanços e direitos conquistados bem como facilitando e promovendo uma maior consolidação da mesma”. Ou seja, a escola deve ser um ambiente de harmonia e de aprendizagem, e não um local que cultiva o desrespeito e a intolerância. Como menciona Neto (2005, p. 165):

Todos desejamos que as escolas sejam ambientes seguros e saudáveis, onde crianças e adolescentes possam desenvolver, ao máximo, os seus potenciais intelectuais e sociais. Portanto, não se pode admitir que sofram violências que lhes tragam danos físicos e/ou psicológicos, que testemunhem tais fatos e se calem para que não sejam também agredidos e acabem por achá-los banais ou, pior ainda, que diante da omissão e tolerância dos adultos.

Portanto, é uma aspiração não só dos professores, mas sobretudo dos gestores, família e sociedade que na escola as crianças tenham a devida proteção física e psicológica, que o desenvolvimento da criança seja saudável, harmonioso, cujo foco seja uma formação para cidadania, solidariedade e respeito, que na escola se aprendam valores e que toda forma de violência seja combatida.

O quarto ponto questionado foi se eles percebem alguma mudança comportamental das crianças vítimas desse ato. Todos os entrevistados reconheceram que as crianças vítimas de *bullying* sofrem alterações no comportamento social e que tais mudanças afetam diretamente a relação da mesma no ambiente escolar. E dentre algumas características citadas, vale mencionar o isolamento, a inibição, a desmotivação em estudar, contribuindo, dessa forma, para evasão escolar. De acordo com Neto (2005, p. 5):

Pessoas que sofrem bullying quando crianças são mais propensas a sofrerem depressão e baixa autoestima quando adultos. Da mesma forma, quanto mais jovem for a criança frequentemente agressiva, maior será o risco de apresentar problemas associados a comportamentos antissociais em adultos e à perda de oportunidades, como a instabilidade no trabalho e relacionamentos afetivos pouco duradouros.

Dessa forma, as consequências da prática do *bullying* não se limitam apenas no período da infância, mas se estendem por toda a vida adulta. As sequelas deixadas por esse ato acarretam muitas vezes problemas de relacionamentos, fazendo com que crianças vítimas do *bullying* se tornem adultos que se isolam do convívio familiar e social. O professor 2, além de perceber as mudanças supracitadas, também aponta uma forma de intervenção para a solução do problema:

Nesta hora é necessária a observação e a sensibilidade dos que convivem com essas crianças para assim perceberem que algo está acontecendo e intervir de forma acolhedora para com a mesma que sofre esse momento, buscando formas de resolver o problema (professor 2).

Na quinta pergunta indagamos sobre as possíveis ações tomadas para a solução do problema, acreditamos que o diálogo é de fundamental importância, pois a partir daí o adulto poderá “diagnosticar” um cenário prévio da situação, podendo intervir mais rapidamente. Ações educativas em sala de aula foram citadas pelo professor 1 e pela coordenadora como uma forma de sensibilizar todos os alunos. Já o professor 2 demonstra uma preocupação com a autoestima e com a evasão escolar por parte do aluno vítima desse ato, destacando ainda a importância de um acompanhamento por parte de profissionais especializados. “Uma vigilância acerca da questão e um acompanhamento quando possível, por meio de profissionais capacitados é positivo”. Silva (2015, p. 161) nos salienta que:

A escola pode e deve representar um papel fundamental da redução desse fenômeno, por meio de programas preventivos e ações combativas nos casos já instalados. Para isso, é necessário que a instituição escolar atue em parceria com as famílias dos alunos e com todos os setores da sociedade que lutam pela redução da violência em nosso dia a dia. Somente dessa forma seremos capazes de garantir a eficácia de nossos esforços.

Sabemos que a ação de combate ao *bullying* nas escolas, ainda está longe de se tornarem notável, pois a maioria dos docentes não estão preparados para diferenciar o ato violento da brincadeira, passando dispersos muitas vezes por eles. Vale mencionar que o combate desse ato não deve ser realizado apenas dentro da escola, mas fora dela também, como no ambiente familiar e na sociedade de forma mais ampla (redes sociais, mídia, campanhas educativas) sendo assim uma contribuição de todos para que nossas crianças se tornem mais tolerantes entre si, e acima de tudo, aprendam a respeitar as diferenças.

4 CONCLUSÃO

É grande o desconhecimento entre os professores e gestores sobre o conceito de *bullying*, e suas consequências em forma de lei. A maioria identifica esse ato quando suas consequências já tomaram caminhos desastrosos. Isso acontece por acreditarem que o *bullying* seria brincadeira de criança, que com o passar do tempo cessa.

Apesar de a escola inserir algumas ações para combater esse ato, nem todos abraçam a causa, ficando limitada a um grupo de professores, pois muitos docentes estão focados para avaliações de larga escala, deixando outros assuntos como o *bullying* em segundo plano. Provavelmente, esse direcionamento seja dado pela própria escola, que não proporciona condições para que os docentes pensem sobre a formação de forma integral dos alunos. Dessa forma, outros conteúdos interdisciplinares não são trabalhados, como por exemplo o *bullying*.

Também fica evidente que a inclusão de pessoas que sofrem *bullying* por possuir alguma deficiência física ou intelectual não é algo muito discutido na presente instituição. Apesar de os entrevistados conseguirem associar esse ato com um processo inclusivo, ainda não se tem a cultura da inserção de práticas conscientizadoras para isso.

Após análise, notou-se que as crianças vítimas de *bullying*, além de serem prejudicadas no processo de ensino e aprendizagem, tendem a se desmotivar a frequentar a escola, portanto, a evasão escolar também está relacionada com essa prática. Vale mencionar que tal prática não se restringe apenas a uma problemática no contexto educacional, mas sobretudo de saúde, pois, dentre as sequelas deixadas nas vítimas do *bullying*, está a depressão, a ansiedade, o medo, a baixa autoestima, entre outras consequências, e em casos mais graves acarretam suicídios.

Possivelmente, com uma ação conjunta entre a sociedade, comunidade escolar, gestores, professores, familiares e alunos, poderemos alcançar bons resultados nas ações de combate a esse ato. Sabemos que a violência social não irá se extinguir, mas acreditamos que é possível minimizar com métodos aplicados em sala de aula que envolvam todo o corpo escolar.

Dessa forma, conseguimos alcançar nossos objetivos de analisar como a prática do *bullying* influencia no processo de aprendizagem das crianças, identificando assim, as principais razões que levam a esse ato, além de verificar se a escola desenvolve alguma ação de combate ao *bullying*.

REFERÊNCIAS

ABRAPIA. **Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência**. Disponível em: <<http://www.abrapia.org.br>> Acessado em: 15 jul. 2018.

ALBUQUERQUE, P. P de; WILLIAMS, L. C. de A.; D’AFFONSECA, S. M; **Efeitos tardios do bullying e transtorno de estresse pós-traumático**: Uma revisão crítica. Vol. 29, num.1 Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/revistatp/article/view/20890>. Acesso em: 02 fev. 2018.

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais/ 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BRASIL. **Ministério da Saúde** 2016, Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html> Acesso em 22 setembro 2019.

BRASIL. **Planalto**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13663.htm> Acesso em 03 agosto de 2019

BRASIL. **Planalto**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm> Acesso em 03 agosto de 2019

CARPENTER, D; FERGUSON, C. J. **Cuidado! Proteja seus filhos dos bullies**. São Paulo: Butterfly, 2011.

FANTE, C. **Fenômeno Bullying**: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FANTE, C.; PEDRA, J. A. **Bullying escolar**: perguntas e respostas. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LINS, R. C. B. S. Bullying: Que fenômeno é esse? **Rev. Pedag.**, vol. Inaugural, 2010. Citada por FLAVIA WEGRZYN MARTINEZ. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35437/FLAVIA%20WEGRZYN%20MARTINEZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: agosto de 2019.

NETO, A. A. L. Bullying – comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, vol. 81, nº 5. Porto Alegre, nov. 2005, p.S164- S172. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf>. Acesso em: 31 de março de 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como se faz? São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINEZ, F. W. **Bullying no ambiente escolar**: a importância de intervir. 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35437/FLAVIA%20WEGRZYN%20MARTINEZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2018.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13 Ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2013.

PEREIRA, B. O. **Para uma escola sem violência**: estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SEVERINO, J. A. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, A. B. B. **Bullying**: mentes perigosas nas escolas. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

UNESCO, **Declaração de Salamanca**, 1994, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 01 set. 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido em: 08/01/2020

Aprovado em: 05/05/2020